

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.280.874 - RS (2018/0089089-4)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : SUZANA MARIA DE OLIVEIRA CASTRO
ADVOGADOS : GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA - RS023021
TIAGO GORNICKI SCHNEIDER E OUTRO(S) - RS068833
ELISA TORELLY - RS076371
PABLO DRESCHER DE CASTRO - RS082739
FABRÍCIO BRUM DOS SANTOS - RS076938
AGRAVANTE : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado por Suzana Maria de Oliveira Castro contra decisão que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial, sob os seguintes fundamentos: a) inexistência de contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015; b) incidência da Súmula 7/STJ, quanto ao fato de não ter havido análise específica da situação da servidora e de que a interrupção da prescrição se deu apenas com o ajuizamento de protesto pelo sindicato que representa a categoria; c) incidência da Súmula 211/STJ com relação à alegada interrupção da prescrição pelo ajuizamento da Ação Coletiva n. 2006.71.00.052099-3; e d) impossibilidade de conhecer o recurso quanto à divergência jurisprudencial, ante a incidência da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 1211/1216).

Sustenta a parte agravante, de início, que houve afronta aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, pois, "mesmo tendo havido na decisão da Corte Regional o enfrentamento da tese relativa à renúncia da prescrição, o órgão colegiado não analisou importante aspecto: a Administração reconheceu, no caso concreto da autora, os efeitos da ON n. 03/2007 ao averbar, na via administrativa, o seu tempo insalubre e acrescê-lo ao tempo de serviço"(e-STJ, fl. 1.228).

São citados precedentes que corroborariam a tese defendida pela recorrente.

No tocante à incidência da Súmula 7/STJ, afirma a agravante que "a alteração do tempo de serviço da servidora pela Administração é fato incontroverso no feito, confirmado pela União em sua contestação e em todas as demais manifestações e decisões proferidas no curso da ação" (e-STJ, fl. 1.237). Desse modo, a divergência posta nos autos diria respeito exclusivamente aos efeitos do referido ato e não quanto à sua aplicação.

Por outro lado, sustenta a não incidência da Súmula 211/STJ em relação à tese de interrupção da prescrição pelo ajuizamento da Ação Coletiva n. 2006.71.00.052099-3, ao argumento de que, por se tratar a prescrição de questão de ordem pública, a matéria poderia ser suscitada a qualquer tempo e

Superior Tribunal de Justiça

em qualquer grau de jurisdição.

Sem contraminuta, conforme certidão à e-STJ, fl. 1.246.

É o relatório.

O agravo merece prosperar.

Assiste razão à parte recorrente no ponto em que sustenta a nulidade do acórdão que julgou os embargos de declaração, pois uma análise detida das decisões proferidas pelo Tribunal de origem, em cotejo com a petição dos embargos de declaração e do recurso especial interpostos pela insurgente, revela que houve omissão no acórdão combatido quanto aos temas apontados nos aclaratórios, notadamente a tese de renúncia à prescrição pela edição de ato administrativo reconhecendo o direito à contagem de tempo insalubre, com a revisão da aposentadoria da servidora e, subsidiariamente, a suscitada interrupção da prescrição pelo ajuizamento de ação coletiva pelo Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Estado do Rio Grande do Sul – SINDISPREV/RS.

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à tese de violação do art. 535 do CPC/1973 (vigente à época), quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal local mantém-se em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento a tempo e modo oportunos, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, ou, ainda, quando persista desconhecendo omissão ou contradição arguida como existente no *decisum*.

Por estar configurada a ofensa ao disposto no art. 535 da legislação processual vigente à época, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios sejam sanados.

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM SOBRE A QUESTÃO SUSCITADA, À LUZ DOS ARTS. 96, 99 E 100 DO CTN E 126 DO CPC/73, A RESPEITO DA POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL, PARA FINS DE COBRANÇA DA MULTA ISOLADA. AFRONTA AO ART. 535, II, DO CPC/73 CONFIGURADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto em 18/08/2015, contra decisão publicada em 13/08/2015.

II. Na forma do posicionamento desta Corte, ocorre violação ao art. 535, II, do CPC/73, quando o Tribunal de origem deixa de enfrentar, expressamente, questões relevantes ao julgamento da causa, suscitadas, oportunamente, pela parte recorrente. Nesse sentido: STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 372.836/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 14/04/2014; AgRg no REsp 1.355.898/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/03/2014.

Superior Tribunal de Justiça

III. No caso dos autos, verifica-se que, conquanto o Estado de Minas Gerais tenha suscitado omissão - à luz dos arts. 96, 99 e 100 do CTN e 126 do CPC/73 - acerca da alegada possibilidade de prosseguimento da Execução Fiscal, para fins de cobrança da multa isolada, a Corte de origem não se manifestou quanto ao referido ponto, limitando-se a afirmar que, "verificada a nulidade do lançamento do débito tributário, uma vez que a adoção de procedimento diverso não poderia implicar na exigência do tributo, encontra-se comprometida a liquidez e certeza da CDA, ainda que se entenda pela possibilidade de aplicação de multa. Diante disso, não há outra opção a não ser a extinção da execução, conforme determinou a sentença, confirmada posteriormente por esta 06ª Câmara Cível".

IV. Para evidenciar a relevância, em tese, da questão em torno da possibilidade de prosseguimento da Execução Fiscal, para fins de cobrança da multa isolada - questão suscitada, oportunamente, nos Declaratórios do Estado de Minas Gerais -, basta observar que, segundo os entendimentos compatíveis adotados, pela Primeira Seção do STJ, no REsp 1.115.501/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 30/11/2010) e no REsp 1.116.792/PB (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 14/12/2010), julgados sob o rito do art. 543-C do CPC/73, quando for possível discriminar, na Certidão de Dívida Ativa (CDA), mediante simples cálculos aritméticos, os valores que compõem tal título executivo -, como, por exemplo, na hipótese de discriminação dos valores referentes às obrigações tributárias principal e acessória -, o reconhecimento judicial da insubsistência da obrigação tributária principal, nesse exemplo dado, não constitui óbice ao prosseguimento da Execução Fiscal, em relação à parcela hígida e autônoma do crédito tributário exequendo, referente à obrigação tributária acessória. Assim, é de se reconhecer a ausência de enfrentamento, no acórdão que rejeitou os Declaratórios do Estado de Minas Gerais, de questões essenciais ao deslinde do feito.

V. Desta feita, afigura-se acertada a decisão ora agravada, que reconheceu a afronta ao art. 535, II, do CPC/73, especialmente porque, além de ser vedada, ao STJ, a incursão em matérias de fato ou de direito local, quando do exame do Recurso Especial, a matéria de direito federal suscitada pela parte recorrente, no particular, deve ter sido devidamente prequestionada, para que se viabilize o conhecimento do Recurso Especial.

VI. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AgRg no AREsp 412.448/MG, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/4/2016, DJe 29/4/2016)

Impende ressaltar que esta Corte tem firmado posicionamento de que as matérias de ordem pública, nas instâncias ordinárias, podem ser suscitadas originariamente em embargos de declaração, sem caracterizar inovação recursal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535

DO CPC/1973. OMISSÃO QUANTO À CONSUMAÇÃO DA DECADÊNCIA. MATÉRIA SUSCITADA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO AO ACÓRDÃO PROFERIDO PELA CORTE DE ORIGEM. PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA, COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. RETORNO DOS AUTOS, PARA NOVO JULGAMENTO DOS ACLARATÓRIOS. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

2. A decisão agravada reconheceu a ocorrência de violação do art. 535 do CPC/1973, uma vez que o acórdão recorrido silenciou quanto à consumação da decadência (art. 54 da Lei 9.784/1999), suscitada em Embargos de Declaração (fls. 567/569).

3. A decadência, enquanto matéria de ordem pública cognoscível de ofício (art. 210 do CC/2002), pode ser suscitada em Embargos de Declaração ao acórdão proferido pela Corte de origem, sem que isto configure inovação recursal. Assim, caberia ao Tribunal Local apreciar a questão; não o fazendo, resta vulnerado o art. 535 do CPC/1973. Julgados: AgInt nos EDcl no REsp. 1.414.179/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 12.4.2018; REsp. 1.693.918/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 16.10.2017; AgInt no AREsp. 660.837/CE, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Min. RAUL ARAÚJO, DJe 16.5.2017.

4. Agravo Interno da UNIÃO a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 629.004/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/6/2019, DJe 13/6/2019)

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. DÍVIDA ATIVA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/15. PROCEDENTE. REGULAR CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRONUNCIAMENTO. AUSÊNCIA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA. OMISSÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73.

I - Trata-se na origem de ação de execução fiscal que objetiva cobrar, para pagar, no prazo legal, as dívidas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei n. 1.025/69, alterado pelo Decreto-Lei n. 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaraçados para garantir a execução em consonância com a legislação em vigor, sob pena de penhora ou de arresto de bens até a plena execução da dívida. Na sentença julgou-se extinta a execução fiscal. No Tribunal a quo a sentença foi mantida.

II - Assiste razão à recorrente, no que toca à alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015. De fato, a recorrente apresentou questão jurídica relevante, qual seja, o fato de que a recorrida promoveu a discussão administrativa do débito tributário, em processo administrativo que só se encerrou em 2004,

Superior Tribunal de Justiça

obstando, com isso, o regular curso do prazo prescricional.

III - Apesar de provocado, por meio de embargos de declaração, o Tribunal a quo não se pronunciou sobre a questão, apenas demonstrando o cálculo prescricional, que considerou apenas a suspensão do prazo prescricional pela decretação da falência, sem levar em conta, contudo, a existência da referida discussão administrativa do débito, apontada pela embargante.

IV - Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que, sendo a prescrição tributária matéria de ordem pública e não sujeita à preclusão, pode ser conhecida inclusive de ofício pelo órgão julgador.

V - Nesse contexto, diante da referida omissão, apresenta-se violado o art. 535 do CPC/1973, o que impõe, quanto a esse capítulo, a anulação do acórdão que julgou os embargos declaratórios, com devolução do feito ao órgão prolator da decisão para a realização de nova análise dos embargos.

VI - No mesmo sentido, destaco o seguinte precedente: REsp n. 1.685.565/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/9/2017.

VII - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.326.396/RJ, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2019, DJe 27/3/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 1.021, § 2º, do CPC/2015, c/c o art. 259 do RISTJ, conheço do agravo interno para, em juízo de retratação, reconsiderar a decisão agravada e dar provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em aclaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator